



Concurso Público para provimento de cargos de
Auditor Fiscal da Receita Estadual - 3ª Categoria

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA 1 - OBJETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul.
- Marque apenas uma letra para cada questão; mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PROVA 1

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, considere o texto a seguir:

[Ponderando o julgamento]

As leis não podem deixar de ressentir-se da fraqueza dos homens. Elas são variáveis como eles.

Algumas, nas grandes nações, foram ditadas pelos poderosos com o fim de esmagar os fracos. Eram tão equívocas que mil intérpretes se apressaram a comentá-las; e, como a maioria só fez sua glosa como quem executa um ofício para ganhar algum dinheiro, acabou o comentário sendo mais obscuro que o texto. A lei transformou-se numa faca de dois gumes que degola tanto o inocente quanto o culpado. Assim, o que devia ser a salvaguarda das nações transformou-se tão amiúde em seu flagelo que alguns chegaram a perguntar se a melhor das legislações não consistiria em não se ter nenhuma.

Examinemos a questão. Se vos moverem um processo de que dependa vossa vida, e se de um lado estiverem as compilações de juristas sabidos e prepotentes, e de outro vos apresentarem vinte juízes pouco eruditos mas que, sendo anciãos isentos das paixões que corrompem o coração, estejam acima das necessidades que o aviltam, dizei-me: por quem escolheríeis ser julgados, por aquela turba de palradores orgulhosos, tão interesseiros quanto ininteligíveis, ou pelos vinte ignorantes respeitáveis?

(VOLTAIRE. **O preço da justiça**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 7-8)

1. O texto permite inferir adequadamente que, para Voltaire, as leis
 - (A) elaboradas por anciãos ignorantes demandam o corretivo da sabedoria dos especialistas, quando de sua aplicação num julgamento.
 - (B) devem ser permanentemente revistas, para que de forma alguma venham a refletir debilidades ou imperfeições que são próprias dos homens.
 - (C) elaboradas por déspotas poderosos trazem consigo a qualidade do que é inflexível, não permitindo aberturas interpretativas.
 - (D) refletem a falibilidade humana, podendo ser aplicadas com mais justiça pelos sensatos e experientes do que por arrogantes eruditos.
 - (E) costumam ser tão obscuras quanto os comentários explicativos, advindo daí a necessidade de serem elaboradas por doutos especialistas.
2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. No primeiro parágrafo, o segmento *elas são variáveis* expressa uma **causa** da qual a expressão *fraqueza dos homens* constitui o **efeito**.
 - II. No segundo parágrafo, considera-se que a multiplicidade de interpretações da lei, acionadas por glosadores interesseiros, acaba por comprometer a implementação da justiça.
 - III. No terceiro parágrafo, a interrogação final de Voltaire pode ser considerada retórica pois implica uma resposta já encaminhada pela pergunta.Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
 - (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) III.
 - (D) II.
 - (E) I.
3. Considerando-se o sentido contextualizado, traduz-se adequadamente um segmento em:
 - (A) *turba de palradores orgulhosos* (3º parágrafo) = malta de loquazes desfiados
 - (B) *ressentir-se da fraqueza dos homens* (1º parágrafo) = impressionar-se com a insipidez humana
 - (C) *transformou-se numa faca de dois gumes* (2º parágrafo) = tornou-se um instrumento ambivalente
 - (D) *transformou-se tão amiúde em seu flagelo* (2º parágrafo) = converteu-se em miudezas punitivas
 - (E) *compilações de juristas sabidos* (3º parágrafo) = seleções de jurisconsultos leigos
4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Voltaire entendia que as leis, em cuja aplicação traduz-se as fraquezas humanas, dependem do espírito de quem as aplica, de vez que está nisso sua faculdade maior.
 - (B) A Voltaire interessava não apenas reconhecer ou esmiuçar as leis de seu tempo, mas sobretudo avaliá-las considerando a instância de sua aplicação, que deveria ser a mais justa possível.
 - (C) Esmiuçar ou interpretar as leis eram um empenho de Voltaire, para quem a salvaguarda dos direitos humanos, sobretudo dos mais pobres, deveriam ser invioláveis.
 - (D) Para quem se ater ao espírito das leis, segundo Voltaire, é preferível fazer justiça com os leigos ponderados do que deixar-lhe nas mãos de juristas empertigados e autoritários.
 - (E) Sendo função das leis regular a distribuição de justiça, Voltaire não admitia que seu espírito venha a sofrer prejuízo em sua concepção, mormente quando mal aplicada.



5. O **verbo** entre parênteses, para vir a integrar adequadamente a frase, deverá flexionar-se concordando com o **elemento sublinhado** em:
- (A) Ao admitir que a ignorância e a respeitabilidade são qualidades que (**poder**) alcançar conciliação, Voltaire revela seu lado democrático.
- (B) Nunca (**ter**) faltado a Voltaire, em relação às leis que analisava, disposição para tornar sua aplicação o mais justa possível.
- (C) Não se (**atribuir**) apenas ao pobre rábula os prejuízos que recaem sobre os mais fracos; também os eruditos sejam responsabilizados.
- (D) Devido à má aplicação das leis, problema que a muitos juristas (**parecer**) incontornável, houve quem pensasse em aboli-las por completo.
- (E) Voltaire entende que os anciãos, aos quais não (**costumar**) faltar a experiência dos anos, são mais imunes às paixões que corrompem o coração.

6. Para Voltaire, quem se (**dispor**) a zelar pela justa aplicação das leis, não importando a época em que isso (**vir**) a ocorrer, (**dever**), antes de mais nada, considerar a fragilidade daqueles sobre os quais o seu peso (**recair**).

Para preencherem adequadamente as lacunas da frase acima, os verbos indicados entre parênteses deverão flexionar-se na seguinte sequência:

- (A) disponha – viria – deveria – recairia
 (B) disponha – viesse – deveria – recaia
 (C) dispuser – venha – deverá – recairá
 (D) dispuser – virá – deveria – recaia
 (E) dispusesse – vinha – devesse – recaísse

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 10, considere o texto a seguir:

[Dois fragmentos sobre História]

A História não é uma ciência. É uma ficção. Vou mais longe: assim como ocorre na ficção, há na História uma tentativa de reconstruir a realidade por meio de um processo de seleção de materiais. Os historiadores apresentam uma realidade cronológica, linear, lógica. Mas a verdade é que se trata de uma montagem, fundada sobre um ponto de vista. A História é escrita sob um prisma masculino. A História é escrita na perspectiva dos vencedores. Se fosse feita pelas mulheres ou pelos vencidos, seria outra. Enfim, há uma História dos que têm voz e uma outra, não contada, dos que não a têm. (...)

Que diabo é a verdade histórica? Só algo que foi desenhado, e depois esse desenho estabelecido foi cercado de escuro para que a única imagem que pudesse ser vista fosse a que se quer mostrar como verdade. Nossa tarefa é tirar todo o escuro, saber o que é que ficou sem ser mostrado.

(Adaptado de: SARAMAGO, José. **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 254)

7. O autor propõe que a História deva se constituir a partir de um empenho coletivo em:
- (A) *Se fosse feita pelas mulheres (...) seria outra.*
 (B) *A História é escrita sob um prisma masculino.*
 (C) *(...) se trata de uma montagem, fundada sobre um ponto de vista.*
 (D) *(...) há uma História dos que não têm voz.*
 (E) *Nossa tarefa é tirar todo o escuro.*
8. Com base no que afirma o texto, deve-se depreender que a História, vista como um discurso produzido por determinados sujeitos,
- (A) é uma narrativa que explicita com clareza os mecanismos de poder aos quais a maioria da população está sendo submetida.
 (B) somente traduz o ponto de vista de quem é capaz de reconhecer, porque os sofreu, os processos políticos e sociais mais adversos.
 (C) traduz tão somente o ponto de vista interessado e tendencioso de quem a narra, o que a dota de um caráter eminentemente parcial.
 (D) somente será legítima na medida em que representar a média das opiniões e valores dos indivíduos poderosos que a desenham.
 (E) é uma narrativa destituída de qualquer valor documental, pois a rigor não representa a perspectiva de nenhum dos setores sociais.
9. Ao se defrontar com a História, Saramago submete a História a uma rigorosa análise, considerando a História como um discurso, atribuindo à História certo caráter ficcional, que compromete a transparência da História.
- Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) submete-lhe – a considerando – atribuindo-a – compromete-lhe a transparência
 (B) submete-a – considerando-a – atribuindo-lhe – lhe compromete a transparência
 (C) lhe submete – considerando-a – atribuindo-lhe – compromete-lhe a transparência
 (D) a submete – considerando-lhe – atribuindo-a – lhe compromete a transparência
 (E) submete-a – a considerando – atribuindo-na – lhe compromete a transparência
10. É preciso **corrigir**, por apresentar irregularidades gramaticais e/ou defeito estrutural, a redação da seguinte frase:
- (A) Para que não haja senão um desenho parcial da História, é preciso iluminar aquilo que foi deixado à sombra, e assim surgirá a imagem integral de tudo o que a constituiu.
 (B) Saramago apresenta em seu texto uma visão bastante rigorosa da História, ao considerá-la um discurso que, nada tendo de científico, identifica-se com o da ficção literária.
 (C) O autor do texto deixa claro que a voz das camadas sociais menos prestigiadas jamais se representa no discurso da História, organizado na perspectiva dos vencedores.
 (D) Ao se posicionar diante da História, quando então Saramago julga-a um discurso em cuja carga ficcional se assemelha a ficção, afastando-a assim do estatuto de uma ciência.
 (E) Fossem as mulheres ou os vencidos os encarregados de narrar a História, esta certamente não se apresentaria na perspectiva pela qual a narram os homens e os vencedores.



Instruções: Para responder às questões de números 11 a 15, considere o texto que segue.

- 1 *Na história da República das Províncias Unidas dos Países Baixos, a independência nacional e a expansão colonial marcharam de mãos dadas no decurso dos oitenta anos de guerra contra a Espanha (1568-1648). A historiografia tende basicamente a encarar de duas maneiras, que não são excludentes, as origens do império marítimo que os batavos começaram a edificar em fins do século XVI e que em boa parte chegou até a Segunda Guerra Mundial e a independência da Indonésia. A primeira maneira, estritamente*
- 5 *monocausal, interpreta o surto ultramarino em função do imperativo de aceder às fontes de comércio e de riqueza que os embargos opostos pela Espanha à navegação da Holanda lhes negava; a segunda maneira, como uma das facetas do processo pelo qual a Holanda tornou-se, no umbral do seu Século de Ouro, "a primeira economia moderna" e a principal potência marítima.*

Portugal e os Países Baixos tinham uma longa história de relações comerciais quando, em 1580, o Reino uniu-se à monarquia plural dos Habsburgo madrilenos, na esteira da crise dinástica desencadeada pela morte de d. Sebastião no norte da África. Tais

10 *relações não poderiam escapar às consequências do conflito hispano-neerlandês, a começar pelos sucessivos embargos sofridos por navios batavos em portos da Península, medidas que afetavam o suprimento de certos produtos indispensáveis à economia das Províncias Unidas, em especial o sal português de que dependia a indústria da pesca, então uma das vigas mestras da prosperidade holandesa, além de produto crucial ao moeder negotie, isto é, às atividades mercantis da República no Báltico. Malgrado a guerra com a Espanha, as relações comerciais de Portugal com as Províncias Unidas contavam com a cumplicidade de autoridades e de*

15 *homens de negócio lusitanos e com o contrabando capitaneado por testas de ferro estabelecidos em Lisboa, no Porto e em Viana, com o que se atenuaram os efeitos das medidas restritivas decretadas pela corte de Madri.*

Obs.: 1. A República das Províncias Unidas dos Países Baixos foi estado europeu antecessor dos atuais Países Baixos. Segundo o organizador da obra de que foi retirado o excerto acima, nela a Holanda, que na realidade era uma das entidades que compunham a antiga República das Províncias Unidas dos Países Baixos, designa toda a confederação, como já se praticava no século XVII.

2. neerlandês: que ou aquele que é natural ou habitante do Reino dos Países Baixos (Holanda).

("Introdução" a **O Brasil holandês** (1630-1654). Seleção, introdução e notas de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Penguin Classics, 2010, p. 11 e 12)

11. Compreende-se corretamente do primeiro parágrafo:

- (A) Os embargos aos Países Baixos quanto a sua livre presença nos mares foram início de relações equivocadas entre nações, a que se deve, entre outras, e em grande medida, a eclosão da Segunda Guerra Mundial.
- (B) Sob império espanhol durante oitenta anos, a República das Províncias Unidas dos Países Baixos estabeleceu alianças com a Espanha no intuito de expandir-lhe a colonização, do que decorreu o estatuto de potência marítima para ambos os estados europeus.
- (C) Estudos históricos evidenciam que os batavos se iniciaram na navegação em fins do século XVI, mantendo sua perícia incontestada até a Segunda Guerra Mundial e a independência da Indonésia.
- (D) Tendo frustrada, por decisão dos espanhóis, sua pretensão de participar de certo tipo de comércio vantajoso, os batavos deram grande impulso a sua expansão ultramarina, início do grande império que acabaram por instituir.
- (E) Embora haja duas maneiras de interpretar o papel da República das Províncias Unidas dos Países Baixos no panorama das grandes navegações, os dois pontos de vista coincidem ao eleger, cada um deles, uma causa única para a Holanda ter vivido seu Século de Ouro.

12. Observado o tratamento dado ao tema, é correta a seguinte afirmação sobre o que se tem no segundo parágrafo:

- (A) A alusão à Península (Ibérica), em continuidade à alusão feita ao norte da África, confirma a grande dimensão territorial atingida pela guerra entre a Espanha e a República das Províncias Unidas dos Países Baixos.
- (B) A união de Portugal com a Espanha é reportada como argumento definitivo em favor da superioridade do poder marítimo espanhol sobre as demais nações europeias.
- (C) A morte de d. Sebastião no norte da África é mencionada como uma das relevantes consequências da união entre Portugal e Espanha em 1580.
- (D) A referência à longa história de relações comerciais entre Portugal e Países Baixos tem o propósito de comprovar que o governo português, depois de 1580, honrou os compromissos legais já assumidos.
- (E) Cita-se o conflito hispano-neerlandês para fundamentar as dificuldades que os Países Baixos passaram a ter em suas relações comerciais com Portugal a partir de 1580.



13. Considerada a situação de uso, está adequadamente compreendido o seguinte segmento do texto:
- (A) *se atenuaram os efeitos das medidas restritivas decretadas pela corte de Madri* / os resultados auspiciosos da aplicação das leis de circunscrição impostas pela corte de Madri se dissiparam.
 - (B) *no umbral do seu Século de Ouro* / no início do seu Século de Ouro.
 - (C) *uma das vigas mestras da prosperidade holandesa* / o mais portentoso emblema da fartura holandesa.
 - (D) *além de produto crucial ao moeder negotie* / mais do que produto nefasto ao "moeder negotie".
 - (E) *contrabando capitaneado por testas de ferro* / contrabando cujo lucro era desfrutado pelos que representavam a outros homens de negócio.

14. *Malgrado a guerra com a Espanha, as relações comerciais de Portugal com as Províncias Unidas contavam com a cumplicidade de autoridades e de homens de negócio lusitanos e com o contrabando capitaneado por testas de ferro estabelecidos em Lisboa, no Porto e em Viana, com o que se atenuaram os efeitos das medidas restritivas decretadas pela corte de Madri.*

Considerada a frase acima, em seu contexto, é correto afirmar:

- (A) Em *com o que se atenuaram os efeitos das medidas restritivas decretadas pela corte de Madri*, a substituição do segmento destacado por "mediante aos quais" mantém a correção e o sentido originais.
- (B) O emprego de *Malgrado* impõe o entendimento de que a guerra com a Espanha não foi capaz de impedir que Portugal e as Províncias Unidas continuassem a estabelecer relações comerciais, efetuadas, então, por meio de manobras evasivas.
- (C) Em *contavam com a cumplicidade de autoridades e de homens de negócio lusitanos e com o contrabando capitaneado por testas de ferro*, a sintaxe mostra que, embora sejam citados três distintos grupos de colaboração, somente dois segmentos constituem complemento do verbo.
- (D) Se em vez de *homens de negócio lusitanos* tivesse sido empregada a forma "homens de negócios lusitanos", a clareza e o sentido originais da frase seriam mantidos.
- (E) A forma *capitaneado* está empregada em conformidade com a norma padrão escrita, assim como o está a forma destacada em "Por conhecê-lo tão bem, a moça não acreditou que ele capitaniasse o contrabando".

15. Considere as assertivas que seguem, acerca de aspectos do excerto.

- I. No segmento *embargos opostos pela Espanha à navegação da Holanda* (linhas 5 e 6), o acento indicativo da crase está corretamente empregado, mas seu uso seria indevido se, em lugar de *a navegação*, houvesse "aquele tipo de navegação".
- II. A palavra *então* (linha 12) remete ao tempo em que se dão os fatos comentados pelo autor.
- III. Na frase inicial do segundo parágrafo, a correlação entre as formas verbais empregadas evidencia que, em um cenário de ação prolongada, foi fixada uma outra ação, enquadrada em um espaço de tempo determinado.
- IV. Em *começaram a edificar* (linha 3) o verbo auxiliar empresta um matiz semântico ao verbo principal, indicando a iminência da ação de *edificar*.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) IV.

Atenção: Para responder às questões de números 16 a 18, considere o texto que segue.

Com 1.445 verbetes listados sob "ironia" na MLA Bibliografy de uma única década, por que o mundo precisaria de um outro livro sobre ironia? E essa listagem conta apenas uma parte da história – a parte literária: esse tópico tem sido abordado por especialistas em áreas tão diversas quanto linguística e ciências políticas, sociologia e história, estética e religião, filosofia e retórica, psicologia e antropologia. A ironia tem sido sempre localizada e estudada em literatura, artes visuais, música, dança, teatro, exposições de museu, conversas e argumentação filosófica, e essa lista pode crescer muito mais. Mesmo concordando que a maioria desses 1.445 verbetes são de artigos sobre "ironia em..." algum texto ou obra de algum artista, a quantidade de energia gasta ao se tentar compreender como e por que as pessoas escolhem se expressar dessa maneira bizarra continua a me espantar. Parece haver uma fascinação com a ironia – que eu obviamente também sinto – quer ela seja considerada um tropo retórico, quer um modo de ver o mundo.

Obs.: *tropo retórico* = figura de linguagem

(HUTCHEON, Linda. A "cena" da ironia, em **Teoria e política da ironia**. Trad. Julio Jeha. UFMG: Belo Horizonte, 2000. p. 15)

16. A alternativa que abriga uma ideia não expressa de maneira explícita, mas que está pressuposta no fragmento acima, é:
- (A) a autora sente um fascínio pela ironia.
 - (B) os 1.445 verbetes listados sob "ironia" na MLA Bibliografy remetem à área literária.
 - (C) a listagem das áreas em que a ironia tem sido localizada e estudada – literatura, artes visuais, música, dança, teatro, exposições de museu, conversas e argumentação filosófica – é passível de aumentar muito mais.
 - (D) a autora concorda com o fato de que a maioria dos 1.445 verbetes citados seja composta de artigos em que se focalizou a ironia em algum texto ou obra de algum artista.
 - (E) o espanto da autora quanto à energia gasta em estudos sobre a ironia é anterior à constatação que fez acerca dos 1.445 verbetes citados.



17. Análise do texto legitima o seguinte comentário:

- (A) Em *a maioria desses 1.445 verbetes* são de artigos sobre "ironia em...", a concordância foge às orientações da gramática normativa, que não prevê outra possibilidade que não seja a de o verbo vir no singular, concordando com a expressão partitiva.
- (B) O emprego de *única* expressa quão inusitada é a existência de tal quantidade de verbetes no tempo citado.
- (C) A forma verbal *precisaria* exprime possibilidade de ocorrência do fato, que, no contexto – o trecho constitui excerto da introdução da obra – é considerado de ocorrência muito pouco provável.
- (D) A argumentação desenvolvida comprova que os dois-pontos equivalem a "por isso".
- (E) Às vezes, o sufixo, juntamente com a ideia de diminuição, carrega tom depreciativo, como ocorre na palavra *verbetes*.

18. ... por que as pessoas escolhem se expressar dessa maneira bizarra...

O segmento destacado acima está grafado em conformidade com a norma-padrão escrita, o que também ocorre com o destacado na alternativa:

- (A) As pessoas escolhem se expressar dessa maneira bizarra por quê?
- (B) Você pode me informar o por quê dessa discussão?
- (C) Saiu correndo e quando lhe perguntaram porque não quis explicar nada.
- (D) Fazia muito uso da ironia por que muitos de seus colegas escolhiam se expressar dessa maneira bizarra.
- (E) O modo porque ela demonstrava seu afeto era sempre apreciado.

19. A redação que se apresenta de modo claro e em concordância com a modalidade escrita formal é:

- (A) Recebeu o valor extipulado e cumpriu com todas as obrigações às quais tinha se comprometido a realizar, mas mesmo assim, muitos não o consideraram um profissional à altura do empreendimento.
- (B) Na sala da secretária, o diretor deixou um bilhete – "Procurei o documento e não o achei" – e ela correu ao departamento jurídico para informá-lo que ele esteve aqui, procurou o documento e não o tinha achado.
- (C) Arguido sobre o trágico episódio, foi categórico: "Tomamos imediatamente as precauções que cabem, garantindo, inclusive, a assistência às famílias dos feridos, que haverão de precisar de nosso apoio".
- (D) Nem sempre as pessoas fazem juz ao crédito que nelas se deposita, muito por indiscutíveis falta de preparo e experiência para as funções que exercem, mas também por ansiar rápidas promoções na carreira.
- (E) Eles são tão intransigentes que descompoem qualquer candidato que apresente-se em trajes pouco formais ou até dependendo do caso, vestidos com adequação, mas de modo que lhes pareça obsoleto.

20. Está clara e correta, segundo a norma-padrão escrita, a seguinte frase:

- (A) Crítica das duas pesquisas cujo projeto ajudou a delinear, ela quis colaborar com ambos os grupos de estudiosos apontando os lugares-comuns que necessitariam ser evitados na análise das questões judaico-cristãs.
- (B) Quando for inquirir o réu, seja quais forem os argumentos já trazidos pelos advogado de defesa, procure intimidá-lo pela coerência de seu raciocínio e não pela verve indignada.
- (C) Os músicos ensaiaram a maior parte do repertório durante a semana, que era a última que tinham para fazê-lo e logo iniciaria a temporada, deixando para o fim os arranjos originais de que eles tinham grande preocupação.
- (D) Não era razoável, como pareceu a grande parte dos moradores, as medidas propostas pelo líder comunitário, motivo dos protestos generalizados que tantos se ressentiram no último mês.
- (E) A ideia de que deveriam ter prestado os primeiros socorros aos atingidos pelas fortes enxurradas, os atormentaram durante anos, o que os motivou a se envolverem em muitos trabalhos voluntários.



Língua Inglesa

Instruções: Para responder às questões de números 21 a 25, considere o texto a seguir:

How to determine your income tax bracket

by Elizabeth Rosen, Contributor
January 31, 2013

In order to properly file your federal income tax return and pay any tax that you owe, it is necessary to understand your income tax bracket, your filing status, and which income tax rate(s) apply to you. There are currently six marginal income tax brackets and five federal filing statuses. The amount of tax you owe will depend on your filing status and how much taxable income you earn.

Marginal Income Tax Brackets

Your marginal income tax bracket basically represents the highest tax rate that you pay on your income. There are currently six marginal income tax brackets for each federal filing status: 10, 15, 25, 28, 33, and 35 percent.

The marginal tax bracket system is a gradual tax schedule, which essentially means the more you earn, the more tax you pay. The amount of taxable income that you earn determines which tax bracket(s) you fall into. It is important to realize that only the money you earn within a certain tax bracket is taxed at that rate. In other words, if you earned more in 2012 than you did in 2011 and thus moved into a higher tax bracket, only the money that falls within that higher tax bracket is taxed at the higher rate.

So, for example, if you move from the 25 percent tax bracket to the 28 percent tax bracket, you may make the mistake of believing that all of your income is now taxed at that higher rate. However, only the money that you earn within the 28 percent bracket is taxed at that rate.

The structure of federal income tax brackets was first implemented by the IRS in the early 1900s in an attempt to create a progressive tax system that would demand less from lower-income individuals. This system, plus a series of tax credits and tax deductions, have allowed nearly half of Americans to avoid owing federal income tax altogether [Source: The Tax Foundation].

Federal Filing Statuses

Your filing status determines your filing requirements (whether or not you are required to file a tax return and which return to file), your standard deduction amount, your eligibility for certain tax credits and tax deductions, and your income tax. There are five federal filing statuses based on marital status and other conditions: single, married filing separately, married filing jointly, head of household, and qualifying widow(er) with dependent child.

When you fill out your federal income tax return, you must specify what your filing status is on the tax form. Review each filing status carefully and choose the one that best fits your situation. If you qualify for more than one filing status, you are allowed to choose the one that offers you the ADJECTIVE tax.

(Adapted from <http://www.irs.com/articles/how-determine-your-income-tax-bracket>)

21. According to the context, the MODAL that adequately fills the blank is

- (A) can.
- (B) must.
- (C) might.
- (D) could.
- (E) may.

22. According to the context, the ADJECTIVE that adequately fills the blank is

- (A) lowest.
- (B) smallest.
- (C) highest.
- (D) tallest.
- (E) most.



23. A synonym for **earn**, as the verb is used in the text, is

- (A) make.
- (B) win.
- (C) award.
- (D) gain.
- (E) rise.

24. Segundo o texto,

- (A) o sistema tributário progressivo já prevê uma série de créditos fiscais e deduções para indivíduos de baixa renda.
- (B) a estrutura de faixas de renda foi criada no final da década de 1900.
- (C) mais da metade dos americanos comete algum ato de sonegação.
- (D) o sistema tributário progressivo acabou não favorecendo as camadas de menor renda.
- (E) quase metade dos americanos é isenta do pagamento de imposto de renda.

25. De acordo com o texto,

- (A) no sistema americano, todo e qualquer ganho do contribuinte é taxado.
- (B) viúvos(as) com filhos dependentes são isentos do imposto de renda.
- (C) o contribuinte sempre terá direito a uma restituição.
- (D) o estado civil do contribuinte é um dos fatores que determina o valor do seu imposto de renda.
- (E) a arrecadação de 2012 deve ser maior do que a de 2011.

26. **2012 Federal Individual Income Tax Rates**

These are the tax rates for the 2012 tax year, if your filing status is "single".

Single

If your taxable income is over...	...but not over	Your tax is...	...of the amount over	Plus
\$0	\$8,700	10%	\$0	—
\$8,700	\$35,350	15%	\$8,700	\$870.00
\$35,350	\$85,650	25%	\$35,350	(?)
\$85,650	\$178,650	28%	\$85,650	\$17,442.50
\$178,650	\$388,350	33%	\$178,650	\$43,482.50
\$388,350	—	35%	\$388,350	\$112,683.50

De acordo com o que é explicado no texto a respeito da tabela progressiva, o valor correto que preenche a célula (?) é

- (A) \$2,665.00.
- (B) \$3,997.50.
- (C) \$5,302.50.
- (D) \$4,867.50.
- (E) \$8,837.50.



Instruções: Para responder às questões de números 27 a 30, considere o texto a seguir:

Why Is Spain Really Taking Lionel Messi to Tax Court?

By Jonathan Mahler Sep 27, 2013

So Spain has decided to haul Lionel Messi into court for tax evasion, which strikes me as completely insane on pretty much every level. You may remember the story from a few months back: The greatest soccer player in the world and his father were accused of setting up a bunch of shell companies in Belize and Uruguay to avoid paying taxes on royalties and other licensing income.

Messi – who makes an estimated \$41 million a year, about half from sponsors – reached a settlement with Spain's tax authorities earlier this summer, agreeing to pay the amount he apparently owed, plus interest. The matter was settled, or so it seemed. Messi could go back to dazzling the world with his athleticism and creativity.

Only it turns out that Spain wasn't quite done with Messi. His adopted country – Messi is Argentine but became a Spanish citizen in 2005 – is now considering pressing criminal charges against him.

Cracking down on tax-evading footballers has become something of a trend in Europe, where players and clubs have been known to launder money through "image-rights companies" often set up in tax havens. When you need money – and Europe needs money – go to the people who have it, or something like that. Over the summer, dozens of Italian soccer clubs were raided as part of an investigation into a tax-fraud conspiracy. A number of English Premier League clubs were forced last year to pay millions of pounds in back taxes. No one likes a tax cheat, and there's little doubt that widespread tax fraud has helped eat away at the social safety net in Spain and elsewhere, depriving schools, hospitals and other institutions of badly needed funds. But Europe is not going to find the answers to its financial problems in the pockets of some professional soccer players and clubs.

Messi's defense, delivered by his father, seems credible enough to me. "He is a footballer and that's it," Messi's father Jorge said of his soccer-prodigy son. "If there was an error, it was by our financial adviser. He created the company. My mistake was to have trusted the adviser." Even if Messi is legally responsible for the intricate tax dodge he is accused of having participated in, it's pretty hard to believe that he knew much about it.

More to the point, Lionel Messi is probably Spain's most valuable global asset. What could possibly motivate the Spanish government to want to tarnish his reputation, especially after he's paid off his alleged debt? After four years of Great-Depression level unemployment, have anxiety and despair curdled into vindictiveness?

Here's another explanation: Maybe this whole case has less to do with money than it does with history. Maybe it's no coincidence that the target of the Spanish government's weird wrath happens to play for FC Barcelona, which is, after all, "mes que un club." It's a symbol of Catalan nationalism – and a bitter, longtime rival of Spain's establishment team, Real Madrid.

Too conspiratorial? Prove it, Spain. Release Cristiano Ronaldo's tax return.

(Adapted from <http://www.bloomberg.com/news/2013-09-27/why-is-spain-really-taking-lionel-messi-to-tax-court-.html>)

27. Which of the following alternatives is the "odd man out"?

- (A) tax dodge.
- (B) tax return.
- (C) tax evasion.
- (D) tax fraud.
- (E) tax cheat.

28. A synonym for **badly**, as it is used in the text, is

- (A) closely.
- (B) evenly.
- (C) much.
- (D) almost.
- (E) not.

29. Segundo o texto,

- (A) o verdadeiro responsável pela sonegação de Messi é seu contador.
- (B) o pai de Messi assumiu a culpa pela sonegação de que era acusado o filho.
- (C) apenas as escolas e os hospitais espanhóis foram afetados pela crise financeira da Europa.
- (D) Messi fez um acordo com a Espanha e pagou os impostos devidos, mas sem juros.
- (E) vários clubes ingleses foram obrigados a pagar impostos atrasados no ano passado.



30. O autor do texto

- (A) está seguro de que Messi tinha pleno conhecimento do esquema de sonegação de que é acusado.
- (B) discorda da decisão da Espanha de levar Messi a julgamento por sonegação fiscal.
- (C) acredita que uma ampla investigação dos clubes e jogadores de futebol pode recuperar elevadas quantias de impostos sonegados.
- (D) acredita que boa parte da crise financeira da Europa se deve à sonegação fiscal de vários clubes e jogadores de futebol.
- (E) não acredita na versão apresentada pelo pai de Messi em relação à sonegação de que o filho é acusado.

Administração

31. Um gestor está tendo dificuldades na obtenção de resultados com seus funcionários e sabe que a variável volitiva é a mais visada na busca de alcançar e superar as metas preestabelecidas nas equipes de alta performance. Está disposto a mudar sua forma de gestão, pois sabe que um trabalho em equipe, segundo BOOG (1999), é

- I. um conjunto de pessoas que trabalham na mesma unidade organizacional do organograma, fazendo cada uma sua parte para que o outro, ou outros, consolidem (por somatória) ou harmonizem o resultado final do trabalho.
- II. um grupo de pessoas praticando atividades comuns, com objetivos idênticos, porém individualizados.
- III. a obtenção de contribuições para otimizar os resultados comuns, sendo que todos são solidariamente responsáveis.
- IV. um conjunto que gera sinergia positiva por meio de esforço coordenado e cujos esforços individuais resultam em um desempenho que é maior do que a soma dos seus insumos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.

32. Sobre Gestão do Conhecimento nas organizações, considere:

- I. As fórmulas de ensino-aprendizagem oriundas do treinamento tradicional vêm se esgotando face aos múltiplos desafios que se apresentam no mercado de trabalho competitivo e globalizado.
- II. O processo de transformação do conhecimento tácito em explícito não vem apresentando resultados satisfatórios, principalmente pelas organizações.
- III. Empresas que adotam a *learning organization* não envolvem no seu ciclo de aprendizagem a cadeia de valor empresarial (acionistas, clientes, fornecedores, empregados, família e comunidade).
- IV. Um fato relevante para a alavancagem da gestão do conhecimento, no Brasil, foi a extinção, em 1990, da Lei de Incentivo ao Treinamento e Desenvolvimento (Lei nº 6.297/1975).

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

33. Um gestor, insatisfeito com os resultados da equipe, decidiu implantar indicadores para melhorar a *performance* das pessoas, utilizando a fórmula abaixo:

$$\text{Índice "Y"} = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ de pessoas} / \text{dias de trabalho perdido por mês} \times 100}{\text{N}^{\circ} \text{ médio de empregados} \times \text{N}^{\circ} \text{ de dias trabalhados}}$$

O índice "Y" é oficialmente denominado

- (A) *Outplacement*.
- (B) *Turnover*.
- (C) Absenteísmo.
- (D) Produtividade de pessoal.
- (E) *Job rotation*.



34. Dentre as vantagens para a instituição, destaca-se o comprometimento dos funcionários, que é alcançado com uma gestão mais participativa. Sobre a Administração Participativa, considere:
- É uma das ideias mais antigas da administração e tem suas raízes no Japão.
 - É considerada um dos novos paradigmas da administração, já que esse modelo de gestão integra as práticas mais avançadas nas relações de trabalho.
 - O diferencial desse modelo está em integrar os princípios de participação em um modelo estratégico de gestão articulado e considerado legítimo para toda a organização.
 - Esse modelo exige flexibilidade da alta administração para permitir acesso às informações necessárias para que se possa tomar a decisão mais adequada possível.

Está correto o que se afirma APENAS em

- II, III e IV.
 - I e II.
 - I, II e IV.
 - I e IV.
 - II e IV.
35. Em uma organização que possui o Modelo de Gestão de Pessoas por Competências, o
- feedback*, na avaliação de desempenho, diz respeito ao retorno dado pelo avaliado ao seu chefe imediato, principalmente na autoavaliação dirigida aos pares, clientes, fornecedores e outros *stakeholders*.
 - modelo de remuneração fixa não se restringe, necessariamente, ao modelo utilizado nesse tipo de gestão.
 - sistema de remuneração por competências é também denominado como um sistema de remuneração variável por metas e resultados.
 - programa de avaliação de desempenho individual não precisa seguir, necessariamente, o mesmo conjunto de competências exigidas por aquele sistema.
 - parâmetro para captação e seleção de candidatos é um rol de competências essenciais e de resultados individuais necessários para a consecução da missão e visão de futuro da organização.
36. Na busca de construir uma Gestão do Conhecimento, uma empresa pratica *Brainstorming* aberto para resolver problemas de elevada complexidade. Segundo Nonaka e Takeuchi (1997, p. 69), essa prática é um exemplo de
- conceituação, que converte o conhecimento explícito em conhecimento tácito.
 - internalização, que converte o conhecimento explícito em conhecimento tácito.
 - externalização, que converte o conhecimento explícito em conhecimento explícito.
 - socialização, pois converte conhecimento tácito em conhecimento tácito.
 - combinação, que é um processo de sistematização de conceitos em um sistema de conhecimento.

37. Considere as informações a seguir sobre o orçamento da despesa, referente ao exercício financeiro de 2012, de uma unidade orçamentária estadual:

Valores em reais

Elementos de Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Cota Trimestral 1º Trimestre	Cota Trimestral 2º Trimestre	Cota Trimestral 3º Trimestre	Cota Trimestral 4º Trimestre
Equipamentos e Material Permanente	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	60.000,00	140.000,00
Material de Consumo	80.000,00	92.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00
Passagens e Despesas com Locomoção	190.000,00	210.000,00	60.000,00	40.000,00	70.000,00	40.000,00

As despesas são ordinárias e as cotas trimestrais foram definidas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964. Foi permitido ao gestor da unidade orçamentária

- realizar despesa com a aquisição de gasolina automotiva para os veículos utilizados pela unidade orçamentária com o uso da dotação orçamentária de Passagens e Despesas com Locomoção.
- empenhar despesa referente à aquisição de um lote de computadores no valor de R\$ 100.000,00 no primeiro trimestre de 2012.
- realizar despesas referentes à aquisição de *toners* para impressora, papel, *pen drives* e material de limpeza de uso pela unidade orçamentária com valor máximo, no exercício financeiro de 2012, de R\$ 80.000,00.
- transferir o saldo remanescente de R\$ 140.000,00 referente à despesa com Equipamentos e Material Permanente para o exercício financeiro de 2013, por não ter sido possível cumprir as exigências legais para a sua realização.
- liquidar, no segundo trimestre de 2012, despesa empenhada no primeiro trimestre de 2012 com passagens aéreas no valor de R\$ 50.000,00.



38. Um governo estadual possui ações ordinárias da empresa que presta serviços de saneamento em diversos municípios do Estado. De acordo com o estatuto da empresa, em cada exercício financeiro, são distribuídos 30% do lucro líquido do exercício a título de dividendos obrigatórios e a expectativa é de que a empresa gere e distribua lucro em 2013. Neste caso, na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2013, a receita prevista referente aos dividendos obrigatórios é uma receita
- (A) de capital e deve compor o orçamento da receita do governo estadual.
 - (B) extraorçamentária, pois trata-se de entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro.
 - (C) extraorçamentária, pois não modifica a situação financeira do governo estadual.
 - (D) extraorçamentária, pois independe de autorização legislativa para sua realização.
 - (E) patrimonial e deve compor o orçamento da receita do governo estadual.
-
39. Sobre as operações de créditos realizadas por um governo estadual, considere:
- I. Em 01/02/2012, o governo obteve uma operação de crédito por antecipação da receita orçamentária no valor de R\$ 1.000.000,00. Em 30/06/2012, o governo liquidou esta operação de crédito, com o pagamento do principal mais juros, sendo estes últimos no valor de R\$ 51.010,05.
 - II. Em 2012, o governo realizou despesa com o pagamento de parcela do principal, no valor de R\$ 500.000,00, de uma operação de crédito de longo prazo obtida em 2010 e com juros e encargos referentes à mesma operação no valor de R\$ 145.000,00.
- As duas operações de crédito, em conjunto, geraram no exercício financeiro de 2012, em reais, uma despesa
- (A) do grupo amortização da dívida de 1.500.000,00.
 - (B) de capital de 1.500.000,00.
 - (C) corrente de 196.010,05.
 - (D) extraorçamentária de 1.051.010,05.
 - (E) orçamentária de 1.696.010,05.
-
40. Sobre a classificação das receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual de uma entidade pública, o valor referente
- (A) à aquisição de medicamentos para distribuição aos pacientes com insuficiência renal do Estado é classificada no elemento de despesa Auxílio.
 - (B) ao aumento de capital de empresas de economia mista é classificado no grupo de despesas Investimentos.
 - (C) aos depósitos cauções a serem recebidos é classificado como Transferências de Instituições Privadas.
 - (D) aos serviços de consultoria para aperfeiçoar a avaliação dos projetos de pesquisa financiados pela entidade é classificado como Projeto na classificação por estrutura programática.
 - (E) à venda de bens imóveis da própria entidade é classificado no grupo de despesas Inversões Financeiras.
-
41. Uma entidade pública celebrou um contrato de aluguel com terceiros referente a um imóvel subutilizado de sua propriedade. O contrato foi celebrado em 29/11/2012 e o valor mensal acordado referente ao aluguel foi R\$ 3.500,00. No ato da celebração do contrato, foi emitida uma guia para pagamento antecipado de seis meses de aluguel no valor de R\$ 21.000,00, com vencimento em 10/12/2012, data em que o contratante efetuou o pagamento na rede bancária credenciada. O valor foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual em 11/12/2012. Neste caso, em 2012, deve-se considerar a arrecadação da receita no valor de
- (A) R\$ 3.500,00 em 10/12/2012.
 - (B) R\$ 21.000,00 em 10/12/2012.
 - (C) R\$ 21.000,00 em 29/11/2012.
 - (D) R\$ 21.000,00 em 11/12/2012.
 - (E) R\$ 3.500,00 em 29/11/2012.
-
42. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração pública direta e indireta é exercida mediante controle externo e interno. No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o controle externo é exercido pela Assembleia Legislativa com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, que tem, de acordo com a Constituição do Estado, dentre outras atribuições:
- I. apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
 - II. certificar a regularidade da receita e da despesa realizada pela Administração direta e indireta estadual.
 - III. analisar as demonstrações contábeis das empresas contratadas pela Administração pública estadual.
 - IV. julgar as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Estadual.
 - V. opinar, previamente, acerca das contratações de Auditoria Independente pelos órgãos que compõem a Administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I, III e V.
 - (C) I e IV.
 - (D) IV e V.
 - (E) III e V.



43. Na Administração pública, a Constituição Federal adotou dois sistemas de controle, o interno e o externo. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno que tem, dentre outras, a finalidade de
- (A) prestar as informações solicitadas pelo Poder Legislativo, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.
 - (B) representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, a partir da realização de auditoria nos órgãos públicos.
 - (C) denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Ministério Público, quando constatadas nas transações realizadas por entidades da Administração pública.
 - (D) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
 - (E) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Informática

44. Considere:

Para que um computador comece a operar quando é ligado ou reiniciado, por exemplo, precisa dispor de um programa para executar sua inicialização, denominado **I**. Este programa normalmente é armazenado em memória do tipo **II** dentro do *hardware* do computador, conhecida pelo termo **III**. Este programa deve alocar e carregar na memória **IV** do computador, o **V** do sistema operacional.

Preenchem correta e respectivamente as lacunas **I**, **II**, **III** e **IV** e **V**:

- (A) POST – dinâmica – EEPROM – não volátil – BIOS.
- (B) *firmware* – *cache* – BIOS – volátil – *core*.
- (C) *bootstrap* – ROM – *firmware* – RAM – *kernel*.
- (D) *kernel* – volátil – *cache* – principal – núcleo.
- (E) *boot.ini* – estática – ROM – VRAM – *boot*.

45. Uma auditora fiscal da Receita Estadual recebeu de seu coordenador a seguinte planilha criada no Microsoft Excel 2010 em português:

	A	B	C	D
1	Capital investido	Juros anuais	Período (em anos)	Total
2	R\$ 1.000,00	8	3	
3	R\$ 2.000,00	7,5	2	
4	R\$ 10.000,00	11	5	

Foi-lhe solicitado que criasse uma fórmula capaz de realizar o cálculo dos rendimentos do capital investido (coluna **A**), considerando os juros anuais que a aplicação paga (coluna **B**) e o período de investimento em anos (coluna **C**). A tarefa foi realizada, resultando na planilha a seguir:

	A	B	C	D
1	Capital investido	Juros anuais	Período (em anos)	Total
2	R\$ 1.000,00	8	3	R\$ 1.259,71
3	R\$ 2.000,00	7,5	2	R\$ 2.311,25
4	R\$ 10.000,00	11	5	R\$ 16.850,58

A fórmula digitada na célula D2 é

- (A) =A2 * (1+B2/100) ^C2
- (B) =A2 ^ (B2/100) *C2
- (C) =JUROSACUM(A2;B2;C2)
- (D) =PGTOJURACUM(B2;C2;A2;1;3)
- (E) =RECEBER(A2;C2;A2;0;B2)



Instruções: Para responder às questões de números 46 a 49, considere o texto a seguir.

Um funcionário ficou responsável pela elaboração de um modelo de dados e criação de um banco de dados para a Receita Estadual. O banco de dados deve controlar os funcionários da Receita, os departamentos aos quais estão vinculados e os projetos nos quais estão alocados, de acordo com a descrição:

- I. A Receita está organizada em departamentos. Cada departamento tem um nome único, um número único e um funcionário que gerencia o departamento. Há, ainda, a data em que o funcionário começou a gerenciar o departamento.
- II. Um departamento controla vários projetos. Cada projeto tem um nome único, um único número e uma única data de início.
- III. Cada empregado tem um número único de CPF, um número de seguro social, endereço, sexo, salário e data de nascimento.
- IV. Todo empregado está alocado em um departamento, mas pode trabalhar em diversos projetos, mesmo que controlados por diferentes departamentos. Controla-se o número de horas que cada empregado trabalha em cada projeto. Controla-se o supervisor direto de cada empregado, que supervisiona seu trabalho.

46. Está correlacionado corretamente o que está expresso em:

	Tipo de modelo	Exemplo de entidade	Atributo	Relacionamento
A	conceitual	projeto	data_inicial	trabalha_em
B	conceitual	empregado	supervisiona	é_supervisionado_por
C	lógico	departamento	projeto	projeto_N
D	de caso de uso	projeto	nro_do_projeto	gerencia
E	lógico	Receita	CPF	N_projetos_supervisionados

47. Considerando o sistema a ser modelado, é correto afirmar:

- (A) Como não se espera que todo funcionário gerencie um departamento, a restrição de participação é nenhuma, significando que não necessariamente uma entidade está relacionada a mais de um departamento por meio deste relacionamento de gerência.
- (B) A razão de cardinalidade para um relacionamento unário especifica o número mínimo de instâncias de relacionamento em que uma entidade pode participar. As razões de cardinalidade possíveis para os tipos de relacionamentos unários são 1:1, 1:N, N:1 e N:N.
- (C) Como um departamento pode ter muitos funcionários a relação de cardinalidade, nesta ordem, é N:1 e, como um empregado pode trabalhar em diversos projetos e um projeto ter diversos funcionários, a razão de cardinalidade é N:N.
- (D) A restrição de participação determina se a existência de uma entidade depende de sua existência relacionada a outra entidade pelo tipo de relacionamento. Essa restrição determina o número máximo de instâncias de relacionamento em que cada entidade pode participar e pode ser do tipo nenhuma, total e parcial.
- (E) O fato de um funcionário ter que necessariamente estar alocado em um departamento é um caso de restrição de participação total, também chamada de dependência de existência.

48. Considere:

- Existe a tabela FUNCIONARIO, cuja chave primária é CPF.
- Existe a tabela DEPARTAMENTO cuja chave primária é NUMERODEP.
- O campo NDEP da tabela FUNCIONARIO refere-se ao número do departamento ao qual um funcionário está alocado.
- O valor de NDEP em qualquer tupla da tabela FUNCIONARIO deve corresponder a um valor da chave primária da tabela DEPARTAMENTO em alguma tupla desta tabela.

O campo NDEP pode ser

- (A) o atributo referencial da superchave da tabela DEPARTAMENTO.
- (B) a chave estrangeira na tabela FUNCIONARIO em relação à tabela DEPARTAMENTO.
- (C) a chave secundária da tabela DEPARTAMENTO.
- (D) a segunda chave primária da tabela FUNCIONARIO em relação à tabela DEPARTAMENTO.
- (E) a chave estrangeira na tabela DEPARTAMENTO em relação à tabela FUNCIONARIO.

49. Considere que o banco de dados RECEITARJ já foi criado no Microsoft Access 2010 em português. Para criar a tabela FUNCIONARIO, cuja chave primária é CPF, é necessário acessar a guia

- (A) **Criar**, clicar em **Inserir Tabela**. Na janela que se abre, digitar FUNCIONARIO. Acessar a guia **Design**, clicar em **Chave Primária**. Em **Nome do campo** digitar CPF e definir o **Tipo de Dados** como **Indexado (duplicação não autorizada)**.
- (B) **Ferramentas de Banco de Dados**, clicar em **Criar Tabela**. Na janela que se abre, digitar FUNCIONARIO. Em **Nome do campo** digitar CPF e definir o **Tipo de Dados**. Acessar a guia **Design**, clicar em Chave Primária.
- (C) **Design**, clicar em **Inserir Tabela**. Na janela que se abre, digitar FUNCIONARIO. Clicar em **Chave Primária**. Em **Nome do campo** digitar CPF e definir o **Tipo de Dados** como **Indexado (duplicação não autorizada)**.
- (D) **Criar**, clicar em **Tabela**, escolher o **Modo Design**. Na janela que se abre, digitar FUNCIONARIO no campo **Nome da tabela**. Na linha em que se encontra o símbolo da chave primária, digitar CPF em **Nome do campo** e definir o **Tipo de Dados** como **Número**.
- (E) **Ferramentas de Banco de Dados**, clicar em **Inserir Tabela**, escolher o **Modo Design**. Na janela que se abre, digitar FUNCIONARIO. Em **Nome do campo** digitar CPF e definir o **Tipo de Dados** como **Indexado (duplicação não autorizada)**.



50. Uma das tabelas do banco de dados da Receita contém dados sigilosos, quais sejam senhas e números de cartões de crédito de várias pessoas. Como estes dados não podem ficar expostos a todos os usuários que acessam o banco de dados, pois isso violaria as políticas de privacidade da Receita e leis estaduais e federais, deve-se
- (A) transformar os campos sigilosos em uma superchave, que é um mecanismo dos bancos de dados que ocultam dados de usuários não autorizados.
 - (B) criar uma *view*, que é um mecanismo de ocultação de dados. As *views* criam novas tabelas que ficam armazenadas em áreas protegidas do disco. Essas tabelas ficariam acessíveis apenas aos usuários autorizados.
 - (C) manter a tabela de acesso irrestrito, mas criar uma única *view* que obscureça as colunas sigilosas usando o comando `replace view`. Também pode-se restringir quais linhas um grupo de usuários pode acessar adicionando uma cláusula *constraint* à definição da *view*.
 - (D) criar uma *view* chamada *ACESSORESTRITO* usando uma instrução `case when` e, em seguida, armazenar as tuplas resultantes em outra tabela de acesso irrestrito. Assim, todos os usuários poderiam usar a *view* criada consultando diretamente as tabelas.
 - (E) manter a tabela privada (ou seja, não conferir permissão de consulta a qualquer usuário) e, então, criar uma ou mais *views* que omitam as colunas sigilosas. Como as *views* não envolvem armazenamento de dados, não ocupam espaço em disco, o que seria mais uma vantagem.

51. O site Convergência Digital divulgou a seguinte notícia: *O Brasil segue como o nº 1 na América Latina em atividades maliciosas e figura na 4ª posição mundial, ficando atrás apenas dos EUA, China e Índia, de acordo a Symantec. Os ataques por malwares cresceram 81%. ... Um desses malwares segue sendo o grande vilão nas corporações, sendo responsável por mais de 220 milhões de máquinas contaminadas no mundo. É um programa capaz de se propagar automaticamente pelas redes, enviando cópias de si mesmo de computador para computador.*

(Adaptado de: <http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=34673&sid=18#.UlqcCNKsiSo>)

Considerando que o *malware* citado como vilão não se propaga por meio da inclusão de cópias de si mesmo em outros programas ou arquivos, mas sim pela execução direta de suas cópias ou pela exploração automática de vulnerabilidades existentes em programas instalados em computadores, trata-se de um

- (A) *backdoor*.
 - (B) vírus de macro.
 - (C) *botnet*.
 - (D) *worm*.
 - (E) *spyware*.
52. A política de segurança da informação da Receita Estadual inclui um conjunto de diretrizes que determinam as linhas mestras que devem ser seguidas pela instituição para que sejam assegurados seus recursos computacionais e suas informações. Dentre estas diretrizes encontram-se normas que garantem
- I. a fidedignidade de informações, sinalizando a conformidade dos dados armazenados com relação às inserções, alterações e processamentos autorizados efetuados. Sinalizam, ainda, a conformidade dos dados transmitidos pelo emissor com os recebidos pelo destinatário, garantindo a não violação dos dados com intuito de alteração, gravação ou exclusão, seja ela acidental ou proposital.
 - II. que as informações estejam acessíveis às pessoas e aos processos autorizados, a qualquer momento requerido, assegurando a prestação contínua do serviço, sem interrupções no fornecimento de informações para quem é de direito.
 - III. que somente pessoas autorizadas tenham acesso às informações armazenadas ou transmitidas por meio das redes de comunicação, assegurando que as pessoas não tomem conhecimento de informações, de forma acidental ou proposital, sem que possuam autorização para tal procedimento.

Em relação às informações, as normas definidas em I, II e III visam garantir

- (A) confidencialidade, integridade e disponibilidade.
- (B) fidedignidade, acessibilidade e disponibilidade.
- (C) integridade, disponibilidade e confidencialidade.
- (D) confidencialidade, integridade e autenticidade.
- (E) integridade, ininterruptibilidade e autenticidade.

53. A Receita Federal do Brasil (RFB) publicou em seu *site* a seguinte determinação:

É obrigatória a utilização de, para apresentação de declarações à RFB, por todas as pessoas jurídicas, exceto as optantes pelo Simples Nacional. As pessoas físicas não estão obrigadas à sua utilização. As autoridades certificadoras (AC) não possuem capacidade de atendimento de demanda ilimitada. Assim, é conveniente que as empresas não deixem para fazer a sua aquisição na última hora.

Atenção! As entidades sem fins lucrativos também estão obrigadas à entrega de declarações e demonstrativos com a sua utilização, de acordo com a legislação pertinente a cada assunto.

(Adaptado de: <http://www.receita.fazenda.gov.br/atendvirtual/orientacoes/obrigatoriedadecd.htm>)

Preenche corretamente a lacuna:

- (A) assinatura e certificado digitais autenticados pela RFB.
- (B) assinatura digital autenticada.
- (C) certificado digital válido.
- (D) certificado digital autenticado pela RFB.
- (E) assinatura e certificado digitais emitidos pela AC-raiz.



54. Considere:

- Funciona como uma impressão digital de uma mensagem, gerando, a partir de uma entrada de tamanho variável, um valor fixo pequeno.
- Este valor está para o conteúdo da mensagem assim como o dígito verificador de uma conta-corrente está para o número da conta ou o *check sum* está para os valores que valida.
- É utilizado para garantir a integridade do conteúdo da mensagem que representa.
- Ao ser utilizado, qualquer modificação no conteúdo da mensagem será detectada, pois um novo cálculo do seu valor sobre o conteúdo modificado resultará em um valor bastante distinto.

Os itens acima descrevem

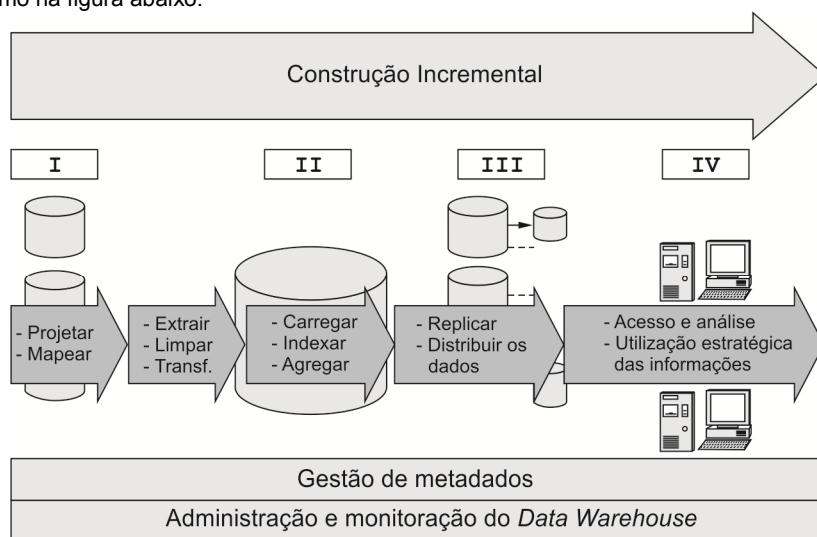
- (A) um *Hash* criptográfico.
- (B) um Certificado digital.
- (C) uma Assinatura digital.
- (D) um Algoritmo de chave pública.
- (E) um Algoritmo de chave secreta.

55. Com o advento da tecnologia de *Data Warehousing*, os ambientes de apoio à decisão passaram a ser denominados ambientes de *Data Warehouse* (DW).

Em relação à tecnologia DW, é correto afirmar:

- (A) Em um DW as convenções de nomes, valores de variáveis e outros atributos físicos de dados como *data types* são bastante flexíveis. Para facilitar a tomada de decisões, as informações são apresentadas de diferentes formas, da mesma maneira que foram carregadas dos sistemas legados.
- (B) Um projetista de DW deve ter seu foco na modelagem dos dados e no projeto de banco de dados. Um sistema transacional armazena as informações agrupadas por assuntos de interesse da empresa que são mais importantes, enquanto um DW é orientado a processos e deve ser desenvolvido para manter disponíveis as transações realizadas diariamente.
- (C) Os dados de um DW são um conjunto dinâmico de registros de uma ou mais tabelas, capturados em um momento de tempo predeterminado, por isso têm que ser sempre atualizados.
- (D) Um sistema multidimensional, como o DW, deve atualizar o valor corrente das informações e sua exatidão é válida por um tempo curto, por exemplo, o valor total das notas fiscais processadas pela Receita às 12:00 de um dia pode ser diferente às 18:00 do mesmo dia.
- (E) Um DW tem duas operações básicas: a carga dos dados (inicial e incremental) e o acesso a estes dados em modo leitura. Depois de carregado, um DW não necessita de operações de bloqueio por concorrência de usuários no acesso aos seus dados.

56. Sistemas de BI – *Business Intelligence* reúnem um conjunto de tecnologias orientadas a disponibilizar informação e conhecimento em uma organização, dentre as quais está o DW. Um ambiente que utiliza DW reúne processos e ferramentas, está sempre em evolução e pode ser visualizado como na figura abaixo.



Os componentes I, II, III e IV estão corretamente identificados em:

	I	II	III	IV
A	Staging Area	Sistemas OLAP	Banco de Dados Multidimensionais	Sistemas de Data Mining
B	Sistemas OLAP	Sistemas ETL	DW	Sistemas de Data Mining
C	DW	Sistemas ETL	Banco de Dados Transacionais	ERP
D	Sistemas OLTP	DW	Data Marts	Sistemas OLAP
E	Banco de Dados Transacionais	Data Marts	DW	Banco de Dados Multidimensionais



Contabilidade Geral

57. A empresa Alpha S.A. possuía alguns processos judiciais em andamento, conforme os dados a seguir:

Nº do Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2012	Probabilidade de Perda em 30/06/2013	Valor Estimado da Perda em 30/06/2013
1	R\$ 50.000,00	Provável	R\$ 60.000,00
2	R\$ 30.000,00	Possível	R\$ 40.000,00
3	não há	Possível	R\$ 15.000,00
4	não há	Provável	R\$ 25.000,00

Com base nestas informações, a empresa Alpha S.A. deve, em 30/06/2013, complementar o saldo

- (A) da provisão constituída para o processo 1, constituir provisão somente para o processo 4 e manter a provisão já constituída para o processo 2.
- (B) das provisões constituídas para os processos 1 e 2 e constituir provisões para os processos 3 e 4.
- (C) das provisões constituídas para os processos 1 e 2 e constituir provisão somente para o processo 4.
- (D) da provisão constituída para o processo 1, constituir a provisão para o processo 4 e reverter a provisão constituída para o processo 2.
- (E) da provisão constituída para o processo 1, constituir provisão para os processos 3 e 4 e reverter a provisão constituída para o processo 2.

58. A Cia. Carioca adquiriu, em 31/12/2012, 40% das ações da Cia. Copa por R\$ 4.500.000,00 à vista, o que lhe conferiu influência significativa na administração. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido da Cia. Copa era R\$ 6.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis desta Cia. era R\$ 9.000.000,00, cuja diferença foi decorrente de um terreno que a Cia. Copa havia adquirido em 2010.

No período de 01/01/2013 a 30/06/2013, a Cia. Copa reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido do semestre: R\$ 400.000,00
- Ajustes de conversão de investida no exterior: R\$ 100.000,00 (credor)

Com base nestas informações, os valores evidenciados no Balanço Patrimonial da Cia. Carioca, em Investimentos em Coligadas, em 31/12/2012 e 30/06/2013, foram, respectivamente,

- (A) R\$ 3.600.000,00 e R\$ 3.760.000,00.
- (B) R\$ 4.500.000,00 e R\$ 4.700.000,00.
- (C) R\$ 3.600.000,00 e R\$ 3.800.000,00.
- (D) R\$ 2.400.000,00 e R\$ 2.600.000,00.
- (E) R\$ 4.500.000,00 e R\$ 4.660.000,00.

59. Em 31/12/2012, a Cia. Paulista possuía influência significativa na administração da Cia. Mineira por possuir 30% das ações desta empresa. O saldo contábil referente a esta investida, em 31/12/2012, era R\$ 2.100.000,00. Em 31/12/2012, a Cia. Paulista vendeu 2/3 (dois terços) de sua participação na Cia. Mineira por R\$ 2.600.000,00 à vista e a participação remanescente nesta Cia., ou seja, 1/3 (um terço), passou a ser considerada um ativo financeiro, uma vez que a Cia. Paulista perdeu a influência significativa na investida. O valor justo avaliado da participação remanescente na data da venda foi R\$ 1.300.000,00.

Com base nestas informações, o resultado que a Cia. Paulista reconheceu em sua Demonstração de Resultados, com a alienação de parte do investimento e a perda de influência significativa sobre o saldo remanescente, consideradas em conjunto, foi

- (A) R\$ 1.800.000,00.
- (B) R\$ 500.000,00.
- (C) R\$ 1.200.000,00.
- (D) R\$ 1.300.000,00.
- (E) R\$ 600.000,00.



60. O Patrimônio Líquido da Cia. Lucrativa, em 31/12/2011, era constituído pelas seguintes contas com seus respectivos saldos:

- Capital Social: R\$ 300.000,00
- Reserva Legal: R\$ 60.000,00
- Reserva Estatutária: R\$ 30.000,00

Em 2012, a Cia. Lucrativa apurou um Lucro Líquido de R\$ 50.000,00, cuja destinação deveria seguir o estabelecido em seu estatuto:

- Reserva Legal: constituída nos termos da Lei nº 6.404/1976;
- Dividendos obrigatórios: 40% do Lucro Líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/1976;
- Reserva Estatutária: saldo remanescente.

Sabe-se que R\$ 20.000,00 do Lucro Líquido foram decorrentes de subvenções governamentais para investimentos e que a Cia. Lucrativa, para não tributar este ganho, reteve-o na forma de Reserva de Incentivos Fiscais, utilizando a possibilidade estabelecida na Lei nº 6.404/1976 referente aos dividendos.

Com base nestas informações, os valores que a Cia. Lucrativa distribuiu como dividendos obrigatórios e que reteve na forma de Reserva Estatutária foram, respectivamente,

- (A) R\$ 12.000,00 e R\$ 38.000,00.
- (B) R\$ 11.000,00 e R\$ 16.500,00.
- (C) R\$ 12.000,00 e R\$ 18.000,00.
- (D) R\$ 20.000,00 e R\$ 10.000,00.
- (E) R\$ 19.000,00 e R\$ 8.500,00.

61. A Cia. Sudeste possuía em, 31/03/2013, a seguinte situação patrimonial:

- Disponível: R\$ 100.000,00
- Terreno: R\$ 50.000,00
- Capital Social: R\$ 150.000,00

Em abril de 2013, a Cia. realizou as seguintes operações:

Data	Operação
01/04/13	Aplicação financeira de R\$ 40.000,00 em 8 títulos, no valor de R\$ 5.000,00 cada, e os classificou do seguinte modo: 3 títulos como ativo financeiro “mantido até o vencimento” e 5 títulos como ativo financeiro “destinado para negociação imediata”. A taxa de juros contratual de todos os títulos era de 1% ao mês.
30/04/13	Compra de um veículo, por meio de arrendamento mercantil financeiro, para ser pago em 36 prestações mensais, iguais e consecutivas de R\$ 1.500,00 cada. Na data da aquisição, o valor presente das prestações era R\$ 41.491,03 e o valor justo do veículo arrendado era R\$ 40.000,00.

Sabendo que o valor justo de cada título adquirido em 01/04/13 era R\$ 5.040,00 em 30/04/13, e considerando os registros necessários referentes às operações, o Ativo da Cia. Sudeste, em 30/04/13, era

- (A) R\$ 191.861,03.
- (B) R\$ 190.400,00.
- (C) R\$ 190.350,00.
- (D) R\$ 190.370,00.
- (E) R\$ 191.841,03.



62. Determinada empresa comercial apresentava as seguintes demonstrações contábeis (valores expressos em reais):

Balanco Patrimonial

Ativo	31/12/12	30/03/13	Passivo + PL	31/12/12	30/03/13
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Disponível	133.000,00	254.000,00	Fornecedores	55.000,00	20.000,00
Duplicatas a Receber	26.000,00	74.000,00	Salários a Pagar	13.000,00	19.000,00
Estoques	20.000,00	12.000,00	Adiantamento de Clientes	15.000,00	10.000,00
Seguros pagos antecipadamente	–	5.000,00	Dividendos a Pagar	–	15.000,00
			Passivo Não Circulante		
Ativo Não Circulante			Empréstimos a Pagar	100.000,00	120.000,00
Imobilizado					
Terreno	154.000,00	–	Patrimônio Líquido		
Máquina	–	120.000,00	Capital Social	150.000,00	210.000,00
Depreciação Acumulada	–	(10.000,00)	Reservas de Lucro	–	61.000,00
Total do Ativo	333.000,00	455.000,00	Total do Passivo + PL	333.000,00	455.000,00

Demonstração de Resultados do Exercício
01/01/2013 a 30/03/2013

Receita de vendas	580.000,00
Custo dos Produtos Vendidos	(348.000,00)
Lucro Bruto	232.000,00
Despesas Operacionais	
Despesas de salários	(60.000,00)
Despesa de Seguros	(9.000,00)
Despesa de depreciação	(10.000,00)
Prejuízo na venda do terreno	(23.000,00)
Lucro antes do resultado financeiro	130.000,00
Despesa financeira (juros)	(12.000,00)
Lucro antes do IR e CSLL	118.000,00
Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(42.000,00)
Lucro Líquido	76.000,00

Com base nestas demonstrações contábeis e considerando, ainda, que os juros não foram pagos e foi recebido o valor da venda de terreno não destinado a aluguel, o fluxo de caixa gerado pelas Atividades Operacionais no primeiro trimestre de 2013 foi

- (A) R\$ 42.000,00.
- (B) R\$ 121.000,00.
- (C) R\$ 98.000,00.
- (D) R\$ 132.000,00.
- (E) R\$ 19.000,00.

63. Determinada empresa comercial apresentava as seguintes informações referentes ao primeiro semestre de 2013:

Receita Bruta de Vendas	R\$ 500.000,00
(-) Impostos sobre vendas	R\$ 90.000,00
(=) Receita Líquida	R\$ 410.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 220.000,00
(=) Lucro Bruto	R\$ 190.000,00
(-) Despesas operacionais	
Despesa de depreciação	R\$ 20.000,00
Despesa com salários	R\$ 10.000,00
(=) Lucro antes do IR e CSLL	R\$ 160.000,00
(-) IR e CSLL	R\$ 24.000,00
(=) Lucro Líquido	R\$ 136.000,00

Sabe-se que o valor dos tributos recuperáveis referentes às mercadorias comercializadas no primeiro semestre foi R\$ 30.000,00 e, além da obrigação assumida com fornecedores, nenhum gasto adicional foi necessário para colocar as mercadorias em condições de serem vendidas. Com base nestas informações, o Valor Adicionado a Distribuir gerado pela empresa, no primeiro semestre de 2013, foi

- (A) R\$ 230.000,00.
- (B) R\$ 410.000,00.
- (C) R\$ 190.000,00.
- (D) R\$ 280.000,00.
- (E) R\$ 250.000,00.



64. A Cia. Comerciante adquiriu, em 01/07/2013, mercadorias para serem revendidas. As mercadorias foram adquiridas, à vista, por R\$ 150.000,00, sendo que neste valor estavam inclusos os tributos recuperáveis de R\$ 22.000,00 e os tributos não recuperáveis de R\$ 15.000,00. Adicionalmente, a Cia. Comerciante contratou e pagou frete e seguro, para transporte das mercadorias adquiridas até a empresa, no valor de R\$ 5.000,00, sendo que neste valor estavam inclusos tributos recuperáveis de R\$ 600,00. Em 31/07/2013, a empresa Comerciante revendeu todas estas mercadorias por R\$ 300.000,00, à vista. Sobre o valor da venda houve incidência de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços no valor de R\$ 45.000,00 e pagamento de comissão para os vendedores no valor de R\$ 9.000,00. Com base nestas informações, o valor do lucro bruto apurado pela Cia. Comerciante no mês de julho de 2013 foi
- (A) R\$ 113.600,00.
(B) R\$ 150.000,00.
(C) R\$ 127.000,00.
(D) R\$ 100.000,00.
(E) R\$ 122.600,00.

Contabilidade de Custos

Instruções: Considere as informações, a seguir, para responder às questões de números 65 a 67.

A empresa Industrial produz um único produto e para produzir integralmente 1.000 unidades deste produto incorreu nos seguintes gastos durante o mês de junho de 2013:

Custos fixos:	R\$ 21.000,00/mês
Custos variáveis:	
Matéria-prima:	R\$ 9,00/unidade
Mão de obra direta:	R\$ 4,00/unidade
Despesas fixas:	R\$ 5.000,00/mês
Despesas variáveis:	R\$ 2,00/unidade
Comissões sobre venda:	10% do preço de venda
Informações adicionais:	
Preço de venda:	R\$ 100,00/unidade
Impostos sobre a venda:	10% da receita de vendas
Quantidade vendida:	700 unidades

65. Sabendo que a empresa Industrial utiliza o Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do período foi
- (A) R\$ 51,00.
(B) R\$ 13,00.
(C) R\$ 15,00.
(D) R\$ 34,00.
(E) R\$ 41,00.
-
66. Em junho de 2013, o ponto de equilíbrio contábil da empresa Industrial, em quantidade, foi
- (A) 347.
(B) 323.
(C) 400.
(D) 280.
(E) 306.
-
67. Caso a empresa Industrial adotasse o Custeio Variável, o custo unitário da produção do período teria sido
- (A) R\$ 35,00.
(B) R\$ 25,00.
(C) R\$ 23,00.
(D) R\$ 15,00.
(E) R\$ 13,00.



68. A empresa Predileta S.A., ao analisar os custos do produto Predileto, obteve as seguintes informações:

Custo A	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
	1.000 unidades	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
	2.000 unidades	R\$ 5,00	R\$ 10.000,00
	2.500 unidades	R\$ 4,00	R\$ 10.000,00

Custo B	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
	1.000 unidades	R\$ 4,00	R\$ 4.000,00
	2.000 unidades	R\$ 4,00	R\$ 8.000,00
	2.500 unidades	R\$ 4,00	R\$ 10.000,00

Com base nas informações obtidas, é possível afirmar que os custos A e B são, em relação à unidade do produto Predileto, respectivamente,

- (A) fixo e fixo.
 (B) indireto e fixo.
 (C) variável e fixo.
 (D) fixo e variável.
 (E) variável e indireto.
69. A empresa Fábrica dos Sonhos produz quatro produtos, A, B, C e D, cujas informações referentes a cada um deles estão apresentadas a seguir:

Produtos	A	B	C	D
Preço de venda (por unidade)	R\$ 100,00	R\$ 90,00	R\$ 120,00	R\$ 130,00
Custos variáveis (por unidade)	R\$ 25,00	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00
Custos fixos (por unidade)	R\$ 10,00	R\$ 4,00	R\$ 16,00	R\$ 20,00
Despesas variáveis (por unidade)	R\$ 10,00	R\$ 9,00	R\$ 13,00	R\$ 14,00
Despesas fixas (por unidade)	R\$ 3,00	R\$ 10,00	R\$ 11,00	R\$ 2,00

Os custos e despesas fixos são comuns aos quatro tipos de produtos, sendo os custos fixos alocados com base nos custos variáveis de cada produto e as despesas fixas alocadas em função da área utilizada para estocar cada produto. A empresa tem recursos orçamentários para investir em propaganda de apenas dois produtos. Supondo que o objetivo seja a maximização do lucro da empresa Fábrica dos Sonhos, os produtos que deverão ter sua venda incentivada são:

- (A) A e C.
 (B) C e D.
 (C) B e D.
 (D) A e B.
 (E) B e C.
70. A Cia. Construtora é uma empresa industrial e produz um único produto. Durante o mês de setembro de 2013 incorreu nos seguintes gastos: mão de obra direta R\$ 32.000,00; energia elétrica (consumida na fábrica) R\$ 5.000,00; aluguel (da área onde funciona a administração geral da empresa) R\$ 16.000,00; salário da supervisão da fábrica R\$ 14.000,00; compra de matéria-prima R\$ 65.000,00; comissões de vendedores R\$ 9.000,00 e depreciação das máquinas e equipamentos utilizados no processo fabril R\$ 15.000,00.
- Sabendo-se que o estoque inicial de produtos em processo era R\$ 23.000,00, que o estoque final de produtos em processo era R\$ 11.000,00, que o estoque inicial de matéria-prima era R\$ 12.000,00 e que o estoque final de matéria-prima era R\$ 7.000,00, o custo da produção acabada em setembro de 2013 utilizando o custeio por absorção foi
- (A) R\$ 156.000,00.
 (B) R\$ 148.000,00.
 (C) R\$ 131.000,00.
 (D) R\$ 78.000,00.
 (E) R\$ 143.000,00.
71. A empresa Gama produz os produtos 1, 2 e 3 utilizando um único departamento. Ao analisar o processo produtivo no mês de agosto de 2013, a empresa obteve as seguintes informações:

Produto	Matéria-prima	Mão de obra direta	Quantidade total produzida	Preço de venda	Horas de mão de obra direta
1	R\$ 200/unidade	R\$ 100/unidade	1.000	R\$ 1.800/unidade	2h/unidade
2	R\$ 300/unidade	R\$ 300/unidade	1.500	R\$ 2.000/unidade	2h/unidade
3	R\$ 100/unidade	R\$ 300/unidade	2.000	R\$ 2.100/unidade	1h/unidade

Sabe-se que a empresa utiliza o custeio por absorção, que os custos indiretos totais incorridos, no mês de agosto de 2013, foram de R\$ 2.520.000,00 e que a empresa os aloca aos produtos em função da quantidade total de horas de mão de obra direta utilizada. Com base nestas informações, e sabendo que não havia estoques iniciais e finais de produtos em processo, o custo unitário de produção, no mês de agosto de 2013, para os produtos 1, 2 e 3 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 1.308; 1.608 e 904.
 (B) 200; 300 e 100.
 (C) 300; 600 e 400.
 (D) 1.020; 1.320 e 760.
 (E) 860; 1.160 e 960.

**Auditoria**

72. Como órgão integrante da estrutura do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, compete à Auditoria Geral do Estado – AGE:
- I. apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
 - II. orientar a aplicação e a apresentação das prestações de contas dos adiantamentos.
 - III. emitir relatório sobre as contas consolidadas do Governo do Estado do Rio de Janeiro.
 - IV. avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - V. elaborar, analisar e dar publicidade aos relatórios bimestrais, quadrimestrais e anuais estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II, IV e V.
 - (D) I, III e V.
 - (E) I e IV.
-
73. O Senhor Palácio dos Anjos, responsável por adiantamento para realização de despesas de pequeno vulto do mês de novembro de 2013, deixou de apresentar a respectiva prestação de contas nos prazos e condições fixados nas normas vigentes. Neste caso, no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, o responsável pelo adiantamento está sujeito ao processo de
- (A) fiscalização.
 - (B) auditoria.
 - (C) tomada de contas.
 - (D) inspeção.
 - (E) prestação de contas.
-
74. A Companhia de Calçados Impróprios do Brasil S. A. contratou determinada empresa de auditoria independente para executar a auditoria das demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2012. O documento preparado pelo auditor contendo o registro dos procedimentos de auditoria executados, das evidências obtidas e das conclusões alcançadas é denominado
- (A) papeis de trabalho.
 - (B) relatório de auditoria.
 - (C) parecer de auditoria.
 - (D) certificado de auditoria.
 - (E) programa de auditoria.
-
75. O gerente financeiro da rede de loja Mais Clara do Brasil S. A., com o objetivo de pagar menos ICMS, adulterou o valor e o registro de duas notas fiscais de vendas. De acordo com a NBC TI – Auditoria Interna, o ato praticado pelo gerente configura
- (A) omissão de receita.
 - (B) omissão de imposto.
 - (C) elisão fiscal.
 - (D) erro intencional.
 - (E) fraude.
-
76. A auditoria interna na empresa Mel Doce do Brasil S. A., para obter razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade, aplicará procedimentos de auditoria relativamente a
- (A) testes do fluxo de transações.
 - (B) testes de observância.
 - (C) técnicas de avaliação.
 - (D) testes substantivos.
 - (E) técnicas de amostragem.

Direito Constitucional

77. Com o objetivo de instituir o imposto sobre grandes fortunas, o governo edita medida provisória em 12/04/2013, a qual, aprovada pelo Congresso Nacional, é convertida em lei no dia 10/06/2013. Nesta situação hipotética, o referido imposto sobre grandes fortunas
- (A) pode ser cobrado a partir de 12/04/2013, pois medida provisória gera efeitos desde sua edição, os quais, posteriormente, poderão ser mantidos ou não, conforme apreciação do Congresso Nacional.
 - (B) pode ser cobrado apenas a partir de 01/01/2014, em decorrência do princípio da anterioridade tributária.
 - (C) pode ser cobrado apenas a partir de 09/09/2013, em decorrência do princípio da anterioridade tributária nonagesimal.
 - (D) não pode ser cobrado por ser inconstitucional, na medida em que a Constituição da República expressamente veda a edição de medida provisória sobre matéria reservada à lei complementar.
 - (E) não pode ser cobrado por ser inconstitucional, na medida em que a Constituição da República proíbe a criação do imposto sobre grandes fortunas em respeito ao princípio da igualdade tributária.



78. Alterar a Constituição da República, para que uma parte dos Deputados Federais seja eleita por outro sistema que não o proporcional,
- (A) é possível, mediante proposta de emenda constitucional discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, aprovada pela obtenção, em ambos, de três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (B) é possível, mediante proposta de emenda constitucional a ser discutida e votada no Congresso Nacional, em sessão unicameral, aprovada pela maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
 - (C) não é possível, pois a referida alteração deve ser feita por meio da manifestação do Poder Constituinte Originário.
 - (D) é possível, mediante a aprovação de projeto de lei complementar pelo voto da maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em um só turno de discussão e votação.
 - (E) é possível, mediante a aprovação de decreto legislativo baseado em proposta de iniciativa popular subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
-
79. A competência para fixar as alíquotas máximas do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCMD, de quaisquer bens ou direitos, cabe
- (A) à Assembleia Legislativa do respectivo Estado ou à Câmara Legislativa do Distrito Federal.
 - (B) ao Senado Federal.
 - (C) ao Presidente da República.
 - (D) ao Congresso Nacional.
 - (E) ao Governador do respectivo Estado ou do Distrito Federal.
-
80. Suponha que o Presidente da República esteja obstruindo o livre exercício das atividades do Congresso Nacional. Neste caso,
- (A) a União poderá sofrer intervenção federal mediante requisição do Senado Federal.
 - (B) a União poderá sofrer intervenção federal por solicitação do Congresso Nacional.
 - (C) o Presidente da República poderá ser submetido a julgamento, perante o Senado Federal, por crime de responsabilidade.
 - (D) a União poderá sofrer intervenção federal mediante provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.
 - (E) o Presidente da República poderá ser submetido a julgamento, perante o Supremo Tribunal Federal, por crime de responsabilidade.
-
81. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro estabelece, em relação ao Poder Legislativo, que
- (A) os Deputados não poderão, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, mesmo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
 - (B) a Assembleia Legislativa é composta de Deputados, representantes do povo, eleitos entre cidadãos brasileiros, maiores de vinte e cinco anos, no exercício dos direitos políticos, por voto direto e secreto.
 - (C) cabe à Assembleia Legislativa, sem a necessidade de sanção do Governador do Estado, legislar sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.
 - (D) o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de vinte e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
 - (E) compete privativamente à Assembleia Legislativa sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
-
82. Suponha que o Advogado-Geral da União proponha ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) perante o Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a constitucionalidade de três artigos de lei estadual do Rio de Janeiro em face da Constituição da República. Conforme a disciplina constitucional a respeito do controle de constitucionalidade concentrado,
- (A) o Advogado-Geral da União não possui legitimidade para propor ADIN.
 - (B) o STF deve remeter os autos do processo para julgamento pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.
 - (C) não se pode propor ADIN para questionar apenas parte de lei.
 - (D) o STF deve converter a ADIN em recurso extraordinário para que seja viável analisar o pedido da ação.
 - (E) lei estadual não pode ser objeto de ADIN.
-
83. *Chronos*, servidor público federal, exerce atividade considerada insalubre em órgão da Administração pública direta há mais de vinte e cinco anos. Deseja obter uma aposentadoria especial, mas está impossibilitado de adquiri-la, na medida em que a Constituição da República determina que a definição da aposentadoria especial de servidor público depende de lei complementar, a qual ainda não fora aprovada pelo Congresso Nacional. Neste caso, *Chronos*
- (A) deve migrar para o regime geral de previdência social e solicitar a equivalência do tempo de contribuição por meio de certidão específica.
 - (B) não tem legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade por omissão, embora seu caso esteja relacionado à ausência de norma infraconstitucional definidora de um direito constitucional que deveria usufruir.
 - (C) dependerá de sua organização sindical para promover defesa de seu direito em juízo, pois, no caso de mora legislativa, apenas os órgãos de representação coletiva possuem legitimidade ativa para esse fim, resguardado o respeito à pertinência temática.
 - (D) poderá impetrar mandado de injunção no Superior Tribunal de Justiça, pois a iniciativa de lei complementar que disponha sobre aposentadoria de servidores públicos é privativa do Presidente da República.
 - (E) poderá impetrar ação popular para a garantia da moralidade do Poder Legislativo, ficando isento das custas judiciais e do ônus da sucumbência.



84. Considere as proposições abaixo, relacionadas ao tema das competências no Federalismo brasileiro:

- I. A União tem competência legislativa privativa em matéria de nacionalidade, cidadania e naturalização, mas os Estados poderão legislar sobre questões específicas relacionadas a estes temas mediante autorização por lei complementar.
- II. A competência da União para autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico não pode ser delegada aos Estados, ao Distrito Federal e tampouco aos Municípios.
- III. A competência legislativa da União em matéria de educação, cultura, ensino e desporto está limitada ao estabelecimento de normas gerais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Direito Administrativo

85. No curso da execução de um contrato administrativo, de prestação de serviços, subordinado ao regime da Lei nº 8.666/93, a Administração manifesta ao particular contratado sua decisão unilateral de suprimir parte do objeto contratual de modo a provocar redução de 40% no valor do contrato. O particular reage, expressando para a própria administração a ilegalidade da medida. Ouvindo os argumentos do particular, a administração propõe, então, que a mesma redução ocorra por acordo das partes, com o que o particular consente. Nessa situação, o resultado final é

- (A) ilegal, pois a supressão para além de 25% só é possível no caso de reforma de edifício ou equipamento.
- (B) legal, na medida em que a Lei nº 8.666/93 acolhe a possibilidade de alteração de contrato, com supressão no patamar indicado, se decorrente de acordo das partes.
- (C) ilegal, pois a ilegalidade inicial, decorrente da decisão de alteração unilateral, não pode ser sanada pelo acordo do particular.
- (D) legal, como de todo modo também seria legal se decorrente de alteração unilateral imposta pela administração.
- (E) ilegal, pois a apreciação da ilegalidade da decisão administrativa caberia ao Poder Judiciário e não à própria administração.

86. Nos termos da Lei nº 8.666/1993:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A Lei nº 10.520/2002, que instituiu a modalidade “pregão”

- (A) exclui o princípio da isonomia, na medida em que elimina da fase de lances os licitantes cuja proposta inicial supere em 10% a proposta de menor valor, o que, todavia, o Supremo Tribunal Federal entende constitucional.
- (B) exclui o princípio da impessoalidade, na medida em que admite negociação pessoal das propostas com os licitantes, o que, todavia, o Supremo Tribunal Federal entende constitucional.
- (C) pauta-se pelos mesmos princípios.
- (D) exclui o princípio da legalidade, pois deixa a critério da administração inverter as fases da licitação, o que, todavia, o Supremo Tribunal Federal entende constitucional.
- (E) exclui o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois admite negociação das propostas com os licitantes, após sua abertura, o que o Supremo Tribunal Federal já entendeu inconstitucional.

87. A Administração celebrou contrato pelo qual ela própria é usuária direta de um serviço. Esse contrato, com valor de R\$ 30 milhões, prevê prazo de prestação de serviços de 8 anos. O serviço em questão consiste em fornecimento de mão de obra, não havendo nenhum aspecto de execução de obra. Nos termos da Lei nº 11.079/2004, que trata das parcerias público-privadas, esse contrato

- (A) não é enquadrável nas espécies de concessão de que trata, pela conjugação dos elementos prazo e valor.
- (B) é enquadrado como concessão administrativa.
- (C) é enquadrado como concessão patrocinada.
- (D) não é enquadrável nas espécies de concessão de que trata, pois tem por objeto exclusivamente fornecimento de mão de obra.
- (E) não é enquadrável nas espécies de concessão de que trata, pois não inclui nenhum aspecto de execução de obra.

88. A Constituição Federal, com o texto dado pela EC 19/1998, assim dispõe:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...]

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes [...]

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Conforme entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, os arts. 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/1998), da Constituição referem-se

- (A) à remuneração percebida pelo servidor público, excluídas as indenizações.
- (B) ao vencimento básico percebido pelo servidor público, descontada qualquer vantagem pecuniária pessoal.
- (C) ao total da remuneração percebida pelo servidor público.
- (D) ao vencimento básico percebido pelo servidor público, acrescido dos adicionais que já hajam se incorporado permanentemente.
- (E) à remuneração percebida pelo servidor público, excluídas as gratificações.



89. Considere as seguintes assertivas, relativas ao regime do processo administrativo fixado pela Lei Estadual nº 5.427/2009:

- I. Poderão atuar no processo administrativo os interessados, como tais designados, entre outros, aqueles que, sem haverem iniciado o processo, tenham direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.
- II. O ato de delegação de competência é revogável pela autoridade delegante, salvo se a autoridade delegada já houver iniciado a execução da medida objeto da delegação.
- III. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

90. O acesso à informação de que trata a Lei nº 12.527/2011, compreende diversos direitos. Dentre eles NÃO se encontra o de obter informação

- (A) pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos.
- (B) contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por órgãos ou entidades da Administração Pública, recolhidos ou não a arquivos públicos.
- (C) produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com órgãos ou entidades da Administração Pública, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.
- (D) referente a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos, independentemente de avaliação de necessidade de sigilo em nome da segurança da sociedade e do Estado.
- (E) sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades da Administração Pública, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.

91. Em matéria de responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal alterou entendimento anterior, de modo a considerar que se trate de responsabilidade

- (A) objetiva relativamente a terceiros usuários e a terceiros não usuários do serviço.
- (B) subjetiva relativamente a terceiros usuários e a terceiros não usuários do serviço.
- (C) objetiva relativamente a terceiros usuários, e subjetiva em relação a terceiros não usuários do serviço.
- (D) subjetiva relativamente a terceiros usuários, e objetiva em relação a terceiros não usuários do serviço.
- (E) subjetiva, porém decorrente de contrato, relativamente a terceiros usuários, e objetiva em relação a terceiros não usuários do serviço.

92. É compatível com o regime de atribuições do auditor fiscal da Receita Estadual do Estado do Rio de Janeiro, estabelecido pela Lei Complementar Estadual nº 69/1990, que

- (A) ato administrativo estadual do Rio de Janeiro exclua a competência da Corregedoria Tributária do Controle Externo para instaurar procedimento investigatório para apuração, no caso de anulação do auto de infração por existência de dolo por parte do fiscal autuante.
- (B) ato administrativo estadual do Rio de Janeiro estenda a servidores estranhos à carreira, mas integrantes de outros órgãos públicos fluminenses, a função de examinar bens móveis e imóveis, mercadorias, documentos e livros fiscais e comerciais e arquivos do sujeito passivo da obrigação tributária.
- (C) ato administrativo federal estenda a servidores estranhos à carreira, integrantes de órgãos públicos federais, a função de emitir parecer em processos de consulta e de regime especial, bem como de extinção, suspensão e exclusão de crédito tributário, em matéria de competência tributária do Estado do Rio de Janeiro.
- (D) ato administrativo estadual do Rio de Janeiro delegue ao fiscal de rendas atribuição de exercer a fiscalização de outros tributos que não os instituídos pelo Estado.
- (E) ao lado das funções atribuídas privativamente aos funcionários titulares dos cargos de fiscal de rendas pela referida Lei Complementar, outra lei lhes possa estabelecer outras atribuições não privativas.

**Direito Civil**

93. No trabalho intitulado *Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e identificar as ações imprescritíveis* (RT 300/7), Agnelo Amorim Filho exarou a seguinte conclusão:
- I. *Estão sujeitas à prescrição*: todas as *ações condenatórias* e somente elas (arts. 177 e 178 do Código Civil);
 - II. *Estão sujeitas à decadência* (indiretamente), isto é, em virtude da decadência do direito a que correspondem: as *ações constitutivas* que têm prazo especial de exercício fixado em lei;
 - III. São perpétuas (*imprescritíveis*): a) as *ações constitutivas* que não têm prazo especial de exercício fixado em lei; e
b) todas as *ações declaratórias*.

Admitindo-se a exatidão desse critério, é imprescritível

- (A) a pretensão de indenização por danos materiais e morais, assim como a de anulação de negócio jurídico em virtude de erro substancial, mas sujeita-se à decadência a ação que tenha por objeto o reconhecimento de simulação de um negócio jurídico.
 - (B) a ação de anulação de negócio jurídico em virtude de erro substancial; sujeita-se à decadência a ação de indenização por danos materiais e morais e é prescritível a ação que tenha por objeto o reconhecimento de simulação de um negócio jurídico.
 - (C) a pretensão de indenização por danos materiais e morais; sujeita-se à decadência a ação que tenha por objeto o reconhecimento de simulação de um negócio jurídico e é prescritível a ação de anulação de negócio jurídico em virtude de erro substancial.
 - (D) a ação que tenha por objeto o reconhecimento de simulação de um negócio jurídico; sujeita-se à decadência o direito de pleitear a anulação de negócio jurídico em virtude de erro substancial e é prescritível a pretensão de indenização por danos materiais e morais.
 - (E) tanto a ação que tenha por objeto o reconhecimento de simulação de um negócio jurídico como a em que se pretende a anulação de negócio jurídico por erro substancial, mas prescreve a pretensão de indenização por danos materiais e morais.
-
94. A Lei nº 11.441, de 04/01/2007, deu nova redação ao art. 983 do Código de Processo Civil, estabelecendo que *o processo de inventário e partilha deve ser aberto dentro de sessenta (60) dias a contar da abertura da sucessão*. O art. 1.796 do Código Civil em vigor, cuja redação não foi alterada por aquela lei, dispõe que *no prazo de trinta dias, a contar da abertura da sucessão, instaurar-se-á inventário do patrimônio hereditário*.
- Considerando o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,
- (A) o art. 1.796 do Código Civil foi revogado expressamente com a nova redação do art. 983 do Código de Processo Civil.
 - (B) o art. 1.796 do Código Civil sofreu revogação tácita.
 - (C) o art. 983 do Código de Processo Civil e o art. 1.796 do Código Civil vigoram concomitantemente, embora dispondo de maneira diversa sobre a mesma matéria.
 - (D) o art. 1.796 do Código Civil não foi revogado, porque só se admitiria sua revogação expressa, por se tratar de regra inserida em um Código.
 - (E) a nova redação do art. 983 do Código de Processo Civil só entrará em vigor depois de também ser modificada a redação do art. 1.796 do Código Civil.
-
95. João, proprietário do imóvel situado na rua das Flores, nº 10, tendo tomado conhecimento de que o imóvel fora invadido por José, ajuizou ação de reintegração de posse, julgada improcedente, porque não conseguiu provar melhor posse que a do réu. Neste caso, João poderá reaver seu imóvel,
- (A) por ação reivindicatória.
 - (B) apenas, depois de quinze anos, se José não houver ajuizado ação de usucapião.
 - (C) apenas quando reunir provas de que José não é possuidor de boa-fé.
 - (D) mediante interdito proibitório, com fundamento no direito de propriedade.
 - (E) somente quando obtiver prova de que a posse de José não é justa, e deverá fundamentar seu pedido na sua posse, que é inerente ao direito de propriedade.

96. A respeito da extinção de obrigações, por modo diverso do pagamento, considere:
- I. O devedor pode compensar com o credor o que este lhe dever e obrigando-se por terceiro uma pessoa, não pode compensar essa dívida com a que o credor dela lhe dever, mas o fiador pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado.
 - II. A novação só se dá quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior e desde que haja ânimo de novar.
 - III. Ocorrendo dação em pagamento, se o credor for evicto da coisa recebida em pagamento, restabelecer-se-á a obrigação primitiva, ficando sem efeito a quitação dada, ressalvados os direitos de terceiros.
 - IV. Na imputação do pagamento, havendo capital e juros, salvo estipulação em contrário, imputar-se-á primeiro no capital e depois nos juros vencidos.
 - V. A restituição voluntária do objeto empenhado prova a renúncia do credor à garantia real, não a extinção da dívida.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) I, III e V.



97. Joaquim era pai de Pedro, casado com Maria sob o regime da comunhão universal de bens; de Benedito, casado com Antonia, sob o regime da comunhão parcial de bens e de José, casado com Joana, sob o regime da separação de bens. Joaquim doou, com dispensa de colação, para José e sua mulher, Joana, um imóvel. José faleceu, em 30/6/2013, deixando dois filhos. Joaquim, por testamento público lavrado em 10/07/2013, deixou seu disponível para os filhos Pedro e Benedito, com cláusula vitalícia de inalienabilidade, tendo o testador falecido em 15/10/2013. É correto afirmar que, com a morte de
- (A) Joaquim, a legítima será partilhada entre os filhos sobreviventes, comunicando-se o que receber Pedro do disponível a sua esposa, mas não se comunicando o que receber Benedito; quanto à legítima, que receberão Pedro e Benedito, nada se comunicará aos respectivos cônjuges; os filhos de José herdarão da legítima a cota parte do que receberia seu pai se vivo fosse, calculando-se, entretanto, por estirpe, mas não tendo de trazer à colação o imóvel doado, que ficou pertencente na razão de 50% (cinquenta por cento) a Joana e 25% (vinte e cinco por cento) a cada um dos filhos do casal.
 - (B) José, o imóvel que recebera por doação juntamente com sua mulher, ficará pertencendo em metade para ela e metade em condomínio para os dois filhos do casal; os netos de Joaquim participarão da herança do avô, por direito de representação, calculada a legítima deles por cabeça; Benedito e Pedro receberão suas partes na herança de Joaquim, que não se comunicarão às respectivas esposas.
 - (C) José, o imóvel que recebera por doação juntamente com sua mulher, passará integralmente a ela e não aos filhos do casal; a parte que Pedro receber na herança de seu pai se comunicará a Maria apenas no que compreender a legítima; Benedito receberá sua parte na herança, nada se comunicando a sua mulher, Antonia, e os filhos de José herdarão, por direito de representação, parte da herança de Joaquim tirada da legítima e calculada por estirpe.
 - (D) Joaquim, seus bens serão divididos entre seus filhos Pedro e Benedito, que herdarão por estirpe e nada se comunicará a seus respectivos cônjuges e os netos de Joaquim receberão parte da herança do avô, por representação, calculada por cabeça; quanto ao bem doado a José e a sua mulher, com a morte deste, será partilhado somente entre seus dois filhos.
 - (E) José, do imóvel que lhe fora doado por Joaquim, o cônjuge sobrevivente haverá a metade e a outra metade passará a seus filhos, os quais, também, concorrerão na herança de Joaquim, por estirpe; com a morte de Joaquim os filhos sobreviventes receberão a legítima e o disponível com cláusula de inalienabilidade, comunicando-se a herança a Maria, mas não a Antonia.

Direito Penal

98. Em relação ao crime de peculato, previsto no Código Penal:
- I. Trata-se de crime pluriofensivo, porque enquanto com ele se tutela o interesse estatal de probidade e de correção do funcionário público, também se protege os bens patrimoniais confiados ao servidor público.
 - II. A denúncia do Ministério Público será inepta se não descrever o sentimento pessoal que animou a atitude do funcionário público.
 - III. A participação do funcionário em negócio envolvendo dano de bens com valores superiores aos reais em pagamento de crédito público aperfeiçoa o delito.
 - IV. Na modalidade própria, basta a posse da coisa em razão do cargo, ainda que a sua propriedade seja de particular.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, II e IV.
99. Estabelece o art. 3º, II, da Lei nº 8.137/1990 que constitui crime *exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente.*
- Tais condutas
- (A) dependem da existência do lançamento tributário e da comprovação da condição de funcionário público do sujeito ativo, para serem consideradas consumadas.
 - (B) são típicas de crime funcional que congrega, num só contexto, os núcleos dos tipos penais da concussão e da corrupção passiva.
 - (C) são conceituadas como “extorsão fazendária”, uma vez que o funcionário coage o contribuinte à prática da corrupção.
 - (D) têm por objeto a vantagem indevida fazendária que deve ser sempre direta, líquida e certa, pois o delito é material, formal e instantâneo em relação à tentativa.
 - (E) são plurissubjetivas, devendo os coautores e partícipes exercer funções permanentes perante o fisco, ainda que vinculados a pessoas jurídicas de direito público diversas.
100. A conduta do funcionário que exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, configura
- (A) abuso de poder tributário.
 - (B) corrupção passiva.
 - (C) concussão.
 - (D) excesso de exação.
 - (E) crime contra a ordem tributária.